
Rodrigo Faucz Pereira e Silva
Daniel Ribeiro Surdi de Avelar

PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI

Diferenciais da obra:

- Modelos de decisões para juízes
- Roteiro prático completo
- Jurisprudência atualizada
- Modelos avançados de quesitação

De acordo com:

- Lei Anticrime (13.964/2019)
- Gestão Processual no Tribunal do Júri (CNJ)

Portal
tribunaldojuri.com



Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho
Prefácio

Luiz Eduardo Trigo Roncaglio
Apresentação

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Luënia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitas Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Mantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfoury

Estagiários: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainã Luz Carvalho

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Plenário do tribunal do júri / Rodrigo Fauçz Pereira e Silva, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar. -- 1. ed.
-- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-406-1

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal 2. Brasil. Supremo Tribunal Federal - Jurisprudência 3. Júri - Brasil
4. Plenário I. Avelar, Daniel Ribeiro Surdi de. II. Título. Pereira e Silva, Rodrigo Fauçz.

20-46340

CDU-347.991(81)

Índices para catálogo sistemático:

I. Brasil : Supremo Tribunal Federal : Direito 347.991(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
NOTA DOS AUTORES.....	11
PREFÁCIO.....	15
APRESENTAÇÃO.....	19

PARTE I

PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI

1. ATOS ANTECEDENTES À INSTALAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO	35
1.1. Reunião x sessão	35
1.2. Organização da pauta.....	36
1.3. Publicação da pauta	37
1.4. Procedimento para o sorteio e a convocação dos jurados	37
1.5. Intimação do MP, OAB e da Defensoria Pública	38
1.6. Intimação dos advogados dos acusados.....	38
1.7. Publicidade do sorteio.....	39
1.8. Número de jurados convocados.....	40
1.9. Inclusão de novos processos na reunião após o sorteio dos jurados.....	42
1.10. Convocação dos jurados e nova aferição dos requisitos legais para o exercício da função	43
1.11. Atos processuais e cartoriais antecedentes ao julgamento	46
1.12. Segurança dos trabalhos.....	48
1.13. Refeição, repouso e transporte dos jurados.....	49
1.14. Júris midiáticos	50
2. A SESSÃO DE JULGAMENTO	51
2.1. Isenção e dispensa dos jurados	51
2.2. Recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica e política	51
2.3. Recusa injustificada	52
2.4. Crime de desobediência.....	52

22 | PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI

2.5.	Jurado emancipado	53
2.6.	Jurado analfabeto	53
2.7.	Jurado naturalizado, ou estrangeiro, e quem perdeu ou tem suspensos os seus direitos políticos	55
2.8.	Jurado com deficiência visual ou auditiva.....	55
2.9.	Isentos do serviço do júri	56
2.10.	Isenção diante da demonstração de justo impedimento	57
2.11.	Jurado maior de 70 anos	58
3.	PRESENÇA DAS PARTES E ADIAMENTO DA SESSÃO DE JULGAMENTO.....	59
3.1.	Prévia habilitação do Procurador do Assistente de Acusação	59
3.2.	Legitimidade da Defensoria Pública para atuar na defesa dos interesses dos assistentes de acusação no processo penal.....	60
3.3.	Ausência do Procurador do Assistente de Acusação	62
3.4.	Ausência injustificada do representante do Ministério Público	62
3.5.	Ausência injustificada do advogado do querelante.....	63
3.6.	Ausência injustificada do defensor do acusado.....	63
3.7.	Participação do defensor de um dos corréus na sessão de julgamento do outro acusado.....	67
3.8.	Ausência do acusado solto e devidamente intimado.....	69
3.9.	Ausência do acusado preso e não conduzido.....	71
3.10.	Ausência do acusado e condução coercitiva para fins de reconhecimento.....	72
3.11.	Ausência da(s) testemunha(s) arrolada(s) em caráter de imprescindibilidade.....	73
3.12.	Ausência da(s) testemunha(s) arrolada(s) sem caráter de imprescindibilidade.....	74
3.13.	Da (im)possibilidade da oitiva de informantes no Tribunal do Júri.....	76
3.14.	Da oitiva do(s) ofendido(s).....	77
3.15.	Quadro resumido sobre ausências dos envolvidos.....	79
4.	SORTEIO DOS JURADOS.....	81
4.1.	Averiguação da urna ou do sistema eletrônico.....	83
4.2.	Ausência do número mínimo de jurados	84
4.3.	Entrada do acusado no plenário.....	85
4.4.	Uso de algemas.....	85
4.5.	Utilização de roupas civis pelo acusado em plenário	88
4.6.	Banco dos réus	90
4.7.	Pregão	91
4.8.	Advertência aos jurados	91
4.9.	A incomunicabilidade do Conselho de Sentença	92

4.10. A incomunicabilidade do Conselho de Sentença no PLS 156/2009	95
4.11. Impedimento, suspeição e incompatibilidade	96
4.12. Impedimento e atuação em processo de natureza cível	97
4.13. Incompatibilidade	98
4.14. Hipóteses especiais de impedimento previstas para o Tribunal do Júri	99
4.15. Impedimento de cônjuge ao atuar no julgamento de corrêu em processo desmembrado	99
4.16. Suspeição	100
4.17. Inimizade capital	101
4.18. Procedimento	101
4.19. Sorteio e recusas	101
4.20. Do Desmembramento do Processo	106
4.21. Do Desmembramento do Processo – Teses conflitantes que prejudique o direito de defesa	106
4.22. Recusas pelo Procurador do Assistente de Acusação	107
4.23. Entrevista prévia ao ato das recusas	107
4.24. Compromisso dos jurados	108
4.25. Entrega do relatório, da pronúncia, e das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação	109
5. DA INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO	113
5.1. Da oralidade como elemento fundante da instrução em plenário	113
5.2. A instrução em plenário e a divergência entre os arts. 212 e 473 do CPP	113
5.3. A postura do magistrado durante a instrução em plenário	115
5.4. Do indeferimento de perguntas durante a instrução em plenário	116
5.5. Ordem das oitivas e das perguntas	117
5.6. A desistência unilateral do depoimento da testemunha e o princípio da comunhão das provas	121
5.7. Oitiva de testemunha sem a presença do acusado	122
5.8. Oitiva de testemunha do juízo anteriormente dispensada pela parte	124
5.9. Reinquirição das testemunhas em réplica e tréplica	125
5.10. Oitiva de corrêu na qualidade de testemunha	125
5.11. Oitiva do assistente de acusação em plenário	127
5.12. Acareação, reconhecimento de pessoas e coisas e esclarecimento dos peritos	127
5.13. Oitiva de especialista contratada pela parte	129
5.14. Falso testemunho prestado perante o Tribunal do Júri	129
5.15. Desnecessidade da compatibilidade entre o crime de falso testemunho e as teses levantadas em plenário	133
5.16. Retratação no crime de falso testemunho	133

5.17. Leitura de peças	134
5.18. A restrição da fase de leituras, a busca pela plena imediação e a utilização do inquérito policial.....	134
5.19. Utilização de elementos informativos no júri e juiz de garantias	139
5.20. Registro dos depoimentos e a desnecessidade da sua transcrição	141
5.21. O interrogatório no Plenário do Tribunal do Júri	144
6. DEBATES E QUESTÕES CORRELATAS.....	147
6.1. A ordem legal nas sustentações orais	147
6.2. A pronúncia como limitação da acusação em plenário	147
6.3. Do tempo de sustentação oral	149
6.4. A insuficiência do tempo legal para as sustentações orais e a possibilidade da sua ampliação	150
6.5. Agravantes e atenuantes	150
6.6. Atenuante da confissão espontânea citada na pronúncia, porém, não sustentada no plenário	152
6.7. Atenuante da confissão espontânea alegada no interrogatório	153
6.8. Atenuantes e agravantes objetivas.....	153
6.9. Das nulidades em plenário	155
6.10. O excesso de fundamentação na pronúncia e a vedação da sua utilização como argumento de autoridade	156
6.11. Outras decisões e sua utilização como argumento de autoridade	160
6.12. A leitura dos antecedentes criminais do acusado	163
6.13. Uso de algemas como argumento de autoridade	165
6.14. Direito ao silêncio	165
6.15. Taxatividade das hipóteses elencadas no art. 478 do CPP.....	166
6.16. Impugnação imediata e preclusão	167
6.17. A leitura de documentos e a exibição de objetos na sessão de julgamento	168
6.18. Contagem de prazo processual regressivo para juntada de documentos e objetos.....	169
6.19. A juntada de documentos e objetos e a cientificação da parte adversa..	170
6.20. Juntada de documento ou objeto que não guarda relação com os fatos ...	175
6.21. Entrega aos jurados de cópias de peças do processo	176
6.22. Certidão de antecedentes criminais do acusado	176
6.23. Utilização de projetor durante a sessão de julgamento	177
6.24. Apresentação em plenário de fotografia da vítima obtida em data anterior ao evento delituoso	177
6.25. Nulidade de natureza relativa ou absoluta – divergência	178
6.26. Comportamento do juiz presidente	178
6.27. Carência de defesa em plenário e dissolução do Conselho de Sentença ...	179

6.28. Réplica e tréplica	181
6.29. Tréplica sem réplica	182
6.30. Exercício da réplica pelo procurador do assistente de acusação	183
6.31. Inovação da tese na tréplica	184
6.32. Inovação em tréplica e o pedido genérico de absolvição	185
6.33. Apartes	186
6.34. Esclarecimento das partes e dos jurados	188
6.35. Verificação de fato essencial para o julgamento	192
6.36. Da gravação das sessões de julgamento	194
7. FASE DE QUESITOS	195
7.1. A reforma operada com a Lei n. 11.689/2008 e a busca pela simplificação dos quesitos	195
7.2. Leitura dos quesitos e eventuais requerimentos das partes	198
7.3. A arquitetura dos quesitos. Noção introdutória	200
7.4. Desclassificação	200
7.5. Desclassificação própria x desclassificação imprópria	201
7.6. Desclassificação – Dolo direto e dolo eventual – Quesitação	202
7.7. Desclassificação e crime conexo	204
7.8. Cumulação da tese absolutória (principal) com outra desclassificatória (secundária)	204
7.9. Quesito genérico absolutório: o jurado absolve o acusado?	205
7.10. Superação da tese da negativa de autoria e reconhecimento do quesito absolutório genérico	205
7.11. Princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia	206
7.12. Imputação por dolo direto e quesitação amparada em dolo eventual ...	207
7.13. Causas de diminuição, qualificadoras e causas de aumento de pena ...	208
7.14. Qualificadora admitida no dispositivo da pronúncia, mas não fundamentada	208
7.15. Homicídio privilegiado – Incompatibilidade com qualificadoras subjetivas	209
7.16. Concurso formal e multiplicidade de vítimas	210
7.17. Impugnação dos quesitos e preclusão	210
7.18. A sistemática da votação	211
7.19. Sentença	214
7.20. Sentença Absolutória	215
7.21. Sentença condenatória	215
7.22. Execução provisória da pena após a condenação pelo Tribunal do Júri ...	217
7.23. Retroatividade da Lei 13.964/2019	218
7.24. Leitura da Sentença em Plenário	220
7.25. Ata da sessão de julgamento	221

PARTE II
MODELOS DECISÓRIOS –
ROTEIRO PRÁTICO PARA JUÍZES

A CONDUÇÃO DOS TRABALHOS PERANTE O PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI: FASES E MODELOS DECISÓRIOS – ROTEIRO PRÁTICO PARA JUÍZES....	225
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

PARTE III
QUESITAÇÃO PRÁTICA

QUESITAÇÃO.....	243
Conceito e características	243
Fontes dos quesitos.....	243
Elaboração	244
Ordem dos Quesitos	244
Serição.....	245
Apresentação pública dos quesitos	245
Explicações.....	245
Modelos avançados de quesitação.....	245
ÍNDICE DE MODELOS.....	247
Modelo Geral	252
Homicídio.....	255
1. Homicídio	257
1.1. Homicídio simples (art. 121, <i>caput</i> , do CP)	257
1.2. Homicídio privilegiado	258
1.2.1. Homicídio privilegiado – relevante valor moral (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP)	258
1.2.2. Homicídio privilegiado – relevante valor social (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP)	259
1.2.3. Homicídio privilegiado – Violenta emoção logo em seguida à injusta provocação da vítima (art. 121, § 1º, segunda parte, do CP)	260
1.3. Homicídio qualificado	261
1.3.1. Homicídio qualificado – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe (art. 121, § 2º, I, do CP)	261
1.3.2. Homicídio qualificado – Motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP)	262
1.3.3. Homicídio qualificado – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121, § 2º, III, do CP)	263

1.3.4.	Homicídio qualificado – Outro meio insidioso ou cruel (art. 121, § 2º, III, do CP)	264
1.3.5.	Homicídio qualificado – Meio que possa resultar em perigo comum (art. 121, 2º, III, do CP)	265
1.3.6.	Homicídio qualificado – à traição, de emboscada ou mediante dissimulação (art. 121, § 2º, IV, do CP)	266
1.3.7.	Homicídio qualificado – Outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121, § 2º, IV, do CP)	267
1.3.8.	Homicídio qualificado – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 121, § 2º, V, do CP)	268
1.3.9.	Homicídio qualificado – Feminicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, I, ambos do CP)	269
1.3.10.	Homicídio qualificado – Feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, II, ambos do CP)	270
1.3.11.	Homicídio qualificado – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição (art. 121, § 2º, VII, do CP)	271
1.4.	Causa de aumento	273
1.4.1.	Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos (art. 121, § 4º do CP)	273
1.4.2.	Causa de aumento – Vítima maior de 60 anos (art. 121, § 4º do CP)	274
1.4.3.	Causa de aumento – Crime praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança (art. 121, § 6º do CP)	275
1.4.4.	Causa de aumento – Crime praticado por grupo de extermínio (art. 121, § 6º do CP)	276
1.4.5.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP)	277
1.4.6.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretam condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP)	278

1.4.7.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP)	279
1.4.8.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP)	281
1.4.9.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP)	282
1.4.10.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP)	283
1.4.11.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP)	285
1.4.12.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP)	286
2.	Tentativa e teses desclassificadoras	287
2.1.	Tentativa de homicídio (art. 121, <i>c/c</i> art. 14, II, do CP)	289
2.2.	Desclassificação	290
2.2.1.	Desclassificação para homicídio culposo como tese principal (art. 121, § 3º, do CP)	290
2.2.2.	Desclassificação para homicídio culposo como tese subsidiária (art. 121, § 3º, do CP)	291
2.2.3.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor como tese principal (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro)	292
2.2.4.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor como tese subsidiária (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro)	293

2.2.5.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte como tese principal (art. 129, § 3º, do CP).....	294
2.2.6.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte como tese subsidiária (art. 129, § 3º, do CP).....	295
2.3.	Excesso culposo nas excludentes.....	296
3.	Teses defensivas	297
3.1.	Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP).....	300
3.2.	Tese de exclusão de imputação	301
3.2.1.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para crime não doloso contra a vida.....	301
3.2.2.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para tentativa de homicídio.....	302
3.3.	Participação.....	304
3.3.1.	Homicídio consumado – Acusação de ser partícipe... ..	304
3.3.2.	Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP)	304
3.4.	Cooperação	305
3.4.1.	Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP)	305
3.4.2.	Cooperação dolosamente distinta e/ou participação de menor importância – Sustentação de ambas as teses pela defesa	306
3.5.	Embriaguez como causa de diminuição de pena.....	307
3.6.	Inimputabilidade como tese sustentada pela defesa (art. 26 do CP)	308
3.7.	Semi-imputabilidade (parágrafo único do art. 26 do CP)	309
3.8.	Erro de proibição indireto evitável – Erro de permissão (art. 21 do CP).....	310
4.	Outros crimes de competência do Tribunal do Júri	311
4.1.	Induzimento, instigação e auxílio ao suicídio.....	313
4.1.1.	Induzimento ao suicídio – consumado (art. 122 do CP)	313
4.1.2.	Instigação ao suicídio - consumado (art. 122 do CP)....	314
4.1.3.	Auxílio ao suicídio – consumado (art. 122 do CP)....	314
4.1.4.	Induzimento ao suicídio – resultando lesão corporal grave (art. 122, § 1º, do CP).....	315
4.1.5.	Instigação ao suicídio – resultando lesão corporal grave (art. 122, § 1º, do CP)	316

4.1.6.	Auxílio ao suicídio – resultando lesão corporal grave (art. 122, § 1º, do CP).....	317
4.1.7.	Causa de aumento - Motivo egoístico - Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP).....	317
4.1.8.	Causa de aumento – Motivo torpe – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP).....	318
4.1.9.	Causa de aumento – Motivo fútil – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP).....	319
4.1.10.	Causa de aumento – Vítima menor de 18 anos (mas maior de 14) – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	320
4.1.11.	Causa de aumento – Vítima com diminuída capacidade de resistência – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	321
4.1.12.	Causa de aumento – Crime realizado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 4º, do CP).....	322
4.1.13.	Causa de aumento – Acusado é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual (art. 122, § 5º, do CP)....	323
4.2.	Infanticídio.....	323
4.2.1.	Infanticídio (art. 123 do CP) – Como crime admitido na pronúncia.....	323
4.2.2.	Infanticídio (art. 123 do CP) – Como tese defensiva – Acusada pronunciada por homicídio.....	324
4.3.	Aborto provocado.....	325
4.3.1.	Aborto provocado pela gestante (1ª parte do art. 124 do CP).....	325
4.3.2.	Aborto provocado com o consentimento da gestante (2ª parte do art. 124 do CP).....	326
4.3.3.	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	326
4.3.4.	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP) – Decisão de admissibilidade reconhece o consentimento da gestante.....	327
4.3.5.	Aborto provocado por terceiro com consentimento inválido por parte da gestante (art. 126, parágrafo único, do CP).....	328
4.3.6.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	329

4.3.7.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	330
4.3.8.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	331
4.3.9.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	332
5.	Crimes conexos.....	332
5.1.	Lesão corporal.....	334
5.1.1.	Lesão corporal (art. 129, <i>caput</i> , do CP)	334
5.1.2.	Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP)	334
5.1.3.	Lesão corporal “gravíssima” (art. 129, § 2º, do CP)	335
5.1.4.	Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP).....	336
5.2.	Rixa.....	337
5.2.1.	Rixa (art. 137 do CP).....	337
5.2.2.	Rixa qualificada (art. 137, parágrafo único, do CP) ...	337
5.3.	Furto (art. 155 do CP)	338
5.4.	Roubo (art. 157 do CP).....	338
5.5.	Extorsão (art. 158 do CP).....	339
5.6.	Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP)	340
5.7.	Destrução, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP).....	340
5.8.	Estupro	341
5.8.1.	Estupro (art. 213 do CP)	341
5.8.2.	Estupro de vulnerável – contra menor de 14 anos (art. 217-A do CP)	341
5.8.3.	Estupro de vulnerável – contra pessoa com deficiência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	342
5.8.4.	Estupro de vulnerável – contra pessoa que não podia oferecer resistência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	343
5.9.	Associação criminosa (art. 288 do CP)	343
5.10.	Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP).....	344
5.11.	Porte ilegal de arma de fogo	344
5.11.1.	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/2003).....	344
5.11.2.	Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003).....	345
5.11.3.	Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (§ 2º, do art. 16, da Lei 10.826/2003)	346

5.11.4.	Disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003).....	346
5.12.	Fraude processual (art. 347 do CP)	347
5.13.	Falso testemunho.....	348
5.13.1.	Falso testemunho ocorrido durante o plenário (art. 342 do CP).....	348
5.13.2.	Falso testemunho ocorrido antes do julgamento em plenário (art. 342 do CP).....	348
5.14.	Corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990).....	348

PARTE IV

MODELO COMPLETO DE ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO

MODELO DE ATA DA SESSÃO.....	353
------------------------------	-----

PARTE V

LEGISLAÇÃO REFERENCIADA NA OBRA

1.	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	361
2.	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	363
2.1.	Procedimento para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (art. 406 ao 496)	363
2.2.	Das provas.....	381
3.	CÓDIGO PENAL BRASILEIRO – DISPOSITIVOS REFERENCIADOS.....	393
3.1.	Parte Geral – Do Crime – Imputabilidade – Concurso de Pessoas.....	393
3.2.	Aplicação da pena – fixação da pena	397
3.3.	Da extinção da punibilidade – prescrição	401
3.4.	Código Penal – crimes contra a vida	404
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	409	